

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Rosiska Darcy de Oliveira
Presidente

O Brasil busca a democracia como destino. A defesa dos direitos de cidadania para as mulheres constitui condição *sine qua non* da própria democracia. Cabe ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher assegurar que a Constituição se faça cumprir sem que nenhum retrocesso fira as garantias que um sólido movimento de mulheres conquistou.

Cabe também ao CNDM lutar para que ganhem forma e visibilidade os direitos das mulheres não reconhecidos, em suma, a tarefa de, em permanência, assegurar que o Estado brasileiro chame a si a luta contra a discriminação das mulheres sob a forma que ela se manifeste, explícita ou implicitamente, confessa ou dissimulada.

É função do CNDM catalisar a formidável energia de regeneração do pensamento e ação que vem sendo desperdiçada pela marginalização das mulheres dos processos de tomada de decisão, onde quer que eles se dêem, no aparelho de Estado ou nos esforços da sociedade civil.

Multiplicam-se os sinais de que a comunidade internacional começa, finalmente, a integrar as mulheres no debate sobre o seu destino, não só dedicando-lhes uma conferência mundial como a que vivemos em 1995, em Beijing, sob o signo da igualdade e da paz, mas garantindo-lhes uma ressonância cada vez mais forte no diálogo das Nações, de onde brotam a guerra e a paz, a prosperidade ou a miséria, enfim os projetos de civilização.

Ao CNDM, a Conferência de Beijing legou uma plataforma de ação cujo compromisso tem sido seu cotidiano. O intenso diálogo com os ministérios da área social, transformados em protocolos de cooperação, vem impulsionando políticas públicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e justiça.

Antigas reivindicações das mulheres brasileiras — tais como o acesso a uma variada gama de contraceptivos na rede pública de saúde, a generalização do exame preventivo de colo de útero e de

mama, a inclusão do estupro e dos abusos sexuais como crimes contra a pessoa, a ótica de gênero atravessando desde o livro didático até o treinamento de professores, novas oportunidades de capacitação para jovens do sexo feminino em situação de risco — se transformam em políticas públicas.

Na medida em que o Brasil se engaje como um todo na causa das mulheres, as mulheres como um todo se engajarão na causa do Brasil.

AS CONQUISTAS DE BEIJING TAMBÉM SE TRANSFORMAM EM POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E EM CAMPANHAS DE MÍDIA, INTEGRANDO A AÇÃO DO CNDM

Protocolos municipais

As mulheres de Campinas, interior de São Paulo, já podem usar o *cartão mulher*, uma espécie de caderneta de vacinação com todas as informações sobre a sua saúde, desde a adolescência. Esse é o resultado da adesão do município à Declaração da IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada em 1995, na China. Campinas foi a primeira cidade brasileira a adotar as recomendações. Além do *cartão*, a prefeitura lançou também a *cartilha da mulher*, com orientações sobre planejamento familiar, aids, adolescência, menopausa, gravidez, direitos humanos e de trabalho.

A segunda cidade a assinar formalmente um protocolo de adesão foi Recife. E os principais objetivos foram claros:

reformular os conceitos da relação homem-mulher no dia-a-dia das escolas da rede municipal de ensino e garantir a assistência integral à saúde da mulher.

A prefeitura de Salvador, que foi ocupada por uma mulher, Lídice da Mata, também adotou como diretrizes da Administração os compromissos firmados na China. Além das medidas na área da saúde, no atendimento às mulheres carentes, a prefeitura anunciou um programa específico de combate à violência: a criação do Centro de Referência para a Prevenção e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Em Porto Alegre, outro município a seguir as recomendações da Conferência, foram anunciadas ações nas áreas de educação, cultura, esporte, comunicação, ser-

viço social e saúde. Todas elas tem o objetivo de garantir que os direitos da mulher e da menina sejam parte integrante dos direitos humanos universais.

Foram também assinados protocolos nas cidades de Londrina, Belo Horizonte e Congonhas do Campo. Em várias outras cidades, como Natal, Santa Luzia e Curitiba, serão assinados protocolos de adesão que representam um compromisso pela eliminação da discriminação da mulher.

Campanhas de mídia

Fazem parte do plano de mídia do CNDM a elaboração de peças para rádio e TV divulgando não só o conteúdo dos protocolos firmados com os principais minis-

térios da área social, como também chamando a atenção da opinião pública para o papel fundamental que as mulheres vêm desempenhando na sociedade brasileira.

Assim, uma série de *spots* radiofônicos está sendo veiculada nas principais emissoras nacionais e na Radiobrás tratando temas tais como: estupro, violência no ambiente de trabalho, violência doméstica, prevenção do câncer de mama e colo de útero e necessidade de integrar os homens no planejamento familiar. Para o CNDM, rádio e TV são canais fundamentais de sensibilização da sociedade sobre a condição da mulher. Entre os próximos temas a serem abordados nas campanhas do Conselho estão a participação política e as oportunidades no mercado de trabalho.

A B S T R A C T

This article describes the importance of Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (National Women's Rights Council), its achievements within civil society and its efforts to assure women the rights of citizenship and the fulfillment of their claims. Some of these achievements are a reality today, such as including rape and sexual abuse as crimes against persons, the struggle for equal opportunity in politics and at work.

R É S U M É

Texte qui décrit l'importance du Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (Conseil National des Droits de la Femme), ses conquêtes à l'intérieur de la société civile et ses efforts dans le sens d'assurer aux femmes des droits de citoyenneté et la satisfaction de leurs revendications. Quelques unes de ces luttes sont déjà une victoire, comme le viol et les abus sexuels, maintenant des crimes contre l'individu, la lutte pour l'égalité dans la politique et dans le travail.